



## Mercedes-Benz é condenada a pagar R\$ 40 milhões por assédio moral e discriminação

**Trabalhadores eram submetidos a humilhações, xingamentos de colegas e chefias, racismo e capacitismo**

DIVULGAÇÃO/SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC



Após discriminação por raça, deficiência e isolamento de trabalhadores e trabalhadoras lesionados e que precisaram se afastar da rotina por um período, a Mercedes-Benz foi condenada pela Justiça do Trabalho e terá que pagar R\$ 40 milhões em indenização por danos morais coletivos.

Os casos de discriminações e assédio moral começavam a partir do momento em que os

trabalhadores, que se lesionavam em alguma atividade dentro da planta da montadora, ficavam afastados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e retornavam ao serviço.

A decisão, que ainda cabe recurso, foi do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), em Campinas, interior de São Paulo. De acordo com a sentença do desembargador relator, Luis Henrique Rafael, os trabalhadores

que voltavam do afastamento temporário eram isolados e proibidos de desempenhar qualquer atividade e, além disso, eram submetidos a humilhações e xingamentos de colegas e chefias, no que o juiz chamou de “culto ao capacitismo”.

“Não podemos deixar que esse tipo de prática se consolide pelo país. Por isso é importante que os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras acompanhem de perto esses processos, principalmente em relação ao assédio”, afirma Maicon Michel Vasconcelos, trabalhador na Mercedes e secretário de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM).

O dirigente alerta ainda que muitos trabalhadores passam por esses casos com frequência no chão da fábrica.

“É necessário combater todo tipo de assédio, e são denúncias graves na Mercedes. Precisa ter uma atenção muito especial dos trabalhadores e trabalhadoras no sentido de acompanhar todos os casos de assédio e denunciar e lutar contra essa prática”, reitera.

A montadora responde a processo aberto em 2019 pelo Ministério Público do Trabalho. A indenização coletiva que será paga pela montadora será destinada a uma instituição de caridade escolhida pelo MPT, caso o pagamento não ocorra, a empresa poderá pagar multa de R\$ 100 mil por dia.

### **Prática recorrente**

As denúncias levadas ao MPT apontam que a prática acontecia desde 2015. A ação civil pública aponta ainda que as ofensas aos funcionários eram por: padrões estéticos, raça, origem, etnia e doença (por conta de alguma limitação ou lesão causada em atividades desempenhadas no trabalho).

A ação civil pública que levou à condenação da montadora foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), após denúncias feitas pelos trabalhadores metalúrgicos de Campinas, que segundo eles os xingamentos eram frequentes, como: “preguiçosos”, “ruins de serviço”, “vagabundo”, “barrigudo” e “gordo”. Há ainda relatos de trabalhadores que eram “massacrados” e perseguidos pela chefia após não conseguirem mais fazer a função que desempenhavam antes.

Segundo o MPT, um dos chefes do trabalhador lesionado teria afirmado que gostaria de acertá-lo com uma “12” (arma de fogo), e outro metalúrgico, que tinha diabetes, chegou a urinar nas calças porque foi impedido pelo chefe de ir ao banheiro e passou a ser chamado de “mijão”.

Procurada pela reportagem da Folha de S. Paulo, a Mercedes afirmou que “não comenta processos que estejam em andamento e reforça que adota todas as medidas de proteção, saúde e segurança de seus trabalhadores”.

### **Obrigações a cumprir**

Com a condenação, a Mercedes-Benz deverá cumprir obrigações que incluem:

Fim das práticas de assédio moral, especialmente contra os trabalhadores reabilitados;

Elaboração de programas internos de prevenção ao assédio e discriminação (diagnóstico do ambiente de trabalho, adoção de estratégias de intervenção, treinamentos, palestras, etc);

Instituição de processos de mediação e acompanhamento da conduta dos assediadores;

Implementação de normas de conduta e de uma ouvidoria interna para tratar os casos de assédio, dentre outras.

Fonte: CUT

# Contraf-CUT denuncia ao MPT práticas antissindiciais do Santander

## Banco utiliza terceirização fraudulenta para reduzir direitos de funcionários ao desenquadrá-los da categoria bancária



Em audiência com o Ministério Público do Trabalho (MPT), ocorrida nesta quinta-feira (3), a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) denunciou ações antissindiciais praticadas pelo banco Santander.

“O banco está cometendo prática antissindical ao abrir empresas com CNPJs distintos para retirar bancários da categoria e enquadrá-los como trabalhadores de outros setores”, disse a presidenta da Contraf-CUT e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Juvandia Moreira. “De 2020 pra cá, 17.964 bancários foram enquadrados como sendo de outras categorias. Com isso, eles deixam de ter diversos direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria bancária, e enfraquece a organização dos trabalhadores”, completou.

A categoria bancária é a única do país a possuir uma CCT válida em todo território nacional. Graças às negociações coletivas, as bancárias e bancários possuem 85% mais direitos trabalhistas do que os previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Com o desenquadramento da categoria, os bancários que foram recontratados pelo banco por outras empresas do mesmo conglomerado

econômico, perderam em torno de 50% a 60% da remuneração variável”, denunciou a coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander, Wanessa de Queiros Paixão.

“O banco Santander tem se utilizado de práticas de terceirização que podem ser enquadradas como irregulares, mesmo após a aprovação da lei de terceirização irrestrita, pois são consideradas fraudulentas”, disse a diretora de Relações Internacionais da Contraf-CUT e funcionária do Santander, Rita Berlofa.

A coordenadora da COE disse que o movimento sindical já reivindicou diversas vezes a representação sindical destes empregados, mas que o banco se recusa a reenquadrá-los, mesmo eles exercendo as mesmas atividades que já exerciam anteriormente, trabalhando no mesmo local de bancários que exercem as mesmas funções, no mesmo sistema de gestão e sofrendo as mesmas cobranças. “Existem diversos elementos que demonstram as fraudes nas contratações e as práticas antissindiciais do Santander”, disse Wanessa.

O Santander alegou que não teria condições de dar continuidade às tratativas nesta quinta-feira, por haver a necessidade da presença de profissionais responsáveis por outras áreas envolvidas e representantes das demais empresas e solicitou o reagendamento da audiência para seguir com o debate. O MPT se comprometeu em agendar uma nova audiência e comunicar a nova data à Contraf-CUT e ao Santander.

Fonte: [contraf](#)

# Macena e Abrafesta tratam sobre precarização em contratos no setor de eventos

**Entidade pediu ao ministro em exercício uma proposta de formalização nas contratações para proteção dos profissionais que prestam serviços**



O ministro do Trabalho e Emprego em exercício, Francisco Macena, recebeu na tarde desta sexta-feira (4), o presidente executivo da Confederação Nacional do Turismo (CNTUR), Wilson Luís Pinto, e o diretor da Associação Brasileira de Eventos (Abrafesta), Ricardo Dias, para tratar da formalização trabalhista para a categoria de profissionais que trabalham em eventos. Segundo Wilson Luis, é preciso criar uma relação trabalhista formal para os profissionais do setor e evitar a precarização do trabalho que hoje acontece nesse tipo de serviço.

São profissionais que atuam como garçons, montadores de palco, eletricitas, entre várias outras especialidades que são contratados por atravessadores, de forma informal, sem nenhuma garantia trabalhista e que precisam ser formalizados.

Macena explicou que o Ministério do Trabalho e Emprego tem uma preocupação com a precarização das contratações de trabalhadores, citando a discussão do governo para formalizar o trabalho nas plataformas digitais, e que vai propor a criação de um Grupo de Trabalho para discutir a formalização desses

profissionais. “Vamos levar o assunto para discussão com a categoria de empregadores e trabalhadores, buscando uma alternativa para que o setor possa ter as garantias mínimas de qualidade de trabalho, como jornada de trabalho e piso, além de evitarmos o trabalho degradante nesse setor de serviço”, adiantou.

Na reunião foi tratado ainda sobre as mudanças na legislação do PAT. Presente à reunião, o gerente de relações institucionais da Edenred Brasil, Raphael Rodrigues, levantou questões sobre as mudanças no programa, principalmente no que se refere a portabilidade e o rebate, uma prática comum em contratos e que é combatida pela fiscalização.

Macena ratificou a posição do MTE, de contrariedade a algumas mudanças, principalmente no que se refere a utilização do benefício em situações alheias as suas finalidades e que o MTE vai publicar, na próxima semana, uma portaria tratando do tema.

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) é um programa governamental de adesão voluntária. Foi instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 e, atualmente, encontra-se regulamentado pelo Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, com instruções complementares estabelecidas pela Portaria MTP/GM nº 672, de 8 de novembro de 2021 e pela Instrução Normativa MTP nº 2, de 08 de novembro de 2021. O objetivo principal do programa é a melhoria das condições nutricionais dos trabalhadores visando à promoção de sua saúde e prevenção das doenças profissionais, por meio da concessão de incentivos fiscais.

Fonte: MTE

# Polícia apreende 10 fuzis e 1,5 tonelada de cocaína em possível sítio do PCC; valor supera R\$ 30 mi

**Hipótese é de que armamento pertencia a uma célula criminosa investigada por financiar ataques a carros-fortes e a transportadoras de valores; três suspeitos foram presos; reportagem não localizou defesa**



Ao menos três armas teriam sido desviadas do Exército da Bolívia, segundo a polícia.  
Foto: Polícia Civil/Divulgação / Estadão

A Polícia Civil apreendeu 10 fuzis de guerra e 1,5 tonelada de cocaína pura em um caminhão localizado em um sítio em Aguaí, no interior de São Paulo. A operação foi realizada no domingo, 6, após investigadores passarem cerca de 15 dias de campanha na região.

Três suspeitos foram presos, incluindo o dono do sítio em que se deu a ação. O grupo é investigado por um possível elo com o Primeiro Comando da Capital (PCC). A reportagem não localizou a defesa dos suspeitos.

A estimativa da polícia é que, vendida internamente, a droga apreendida poderia render R\$ 30 milhões aos criminosos. Já as

armas são avaliadas em R\$ 860 mil.

A hipótese da polícia é de que o armamento, encontrado por agentes do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), seria de uma célula criminosa do PCC investigada por financiar ataques a carros-fortes e a transportadoras de valores.

Ao menos três dessas armas teriam sido desviadas do Exército da Bolívia, segundo a polícia. O restante ainda deve passar por exames de balística para identificação da origem.

“É uma das principais ocorrências dessa gestão, porque, além da asfixia financeira, retira poder de fogo do crime organizado”, disse nesta segunda-feira, 7, o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite.

Conforme o Deic, o bando era investigado há cerca de quatro meses pela 4.ª Divisão de Investigações sobre Crimes contra o Patrimônio (Disccpat). Em junho, os policiais descobriram um endereço em Cordeirópolis que serviria para esconder armas para a organização criminosa. Na época, os agentes estiveram no endereço, mas o bando havia abandonado o local.

Ao longo das investigações, os policiais identificaram que a quadrilha mudou a rotina para evitar a localização do bando. Além de ter entendido que se tratava de uma atuação mais ampla, suspeita por distribuir cocaína internamente no Estado de São Paulo.

“Durante a investigação, percebemos que eles (criminosos) estavam aproveitando a logística e ‘caminhando’ junto com as drogas”, disse o delegado Fabio Sandrin, titular da 4.ª Disccpat.

Com o monitoramento de um dos investigados, os agentes chegaram até um sítio na cidade de Aguaí, a 200 quilômetros da capital paulista.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

## Como se deu a operação?

Neste domingo, o Deic montou uma operação policial e cercou o sítio. No endereço, três suspeitos foram presos, mas a hipótese é que há ao menos dez envolvidos.

No sítio, foi localizada cerca de 1,5 tonelada de cocaína pura. “Essa droga chegava (no sítio) e rapidamente chegavam diversos veículos para distribuição”, disse Sandrin.

A investigação aponta que o grupo atuava com distribuição interna de cocaína no Estado, em esquema conjunto com o tráfico de armas. “Essa droga saía rapidamente junto com as armas.”

Só no caminhão interceptado havia um arsenal:

dez fuzis um tipo AR 10, 6 FAL calibre 7.62

um AK calibre 7,62

dois SIG .30.

Além disso, os policiais acharam 325 munições de diversos calibres e 53 carregadores.

Os envolvidos, de 27, 31 e 42 anos, foram encaminhados à sede do Deic, na zona norte da capital paulista, onde permaneceram presos em flagrante. Dois deles já tinham passagem pela polícia, um por tráfico de drogas (no Mato Grosso) e outro por roubo de armas. O caso foi registrado como tráfico de drogas, porte ilegal de arma e associação para o tráfico na 4.ª Disccpat.

Foto: Polícia Civil/Divulgação / Estadão

Ao menos três armas teriam sido desviadas do Exército da Bolívia, segundo a polícia.

Foto: Polícia Civil/Divulgação / Estadão

Fonte: terra

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF